

**NARRATIVAS INDÍGENAS EM FRONTEIRAS: HISTÓRIA E POLÍTICA  
ENTRE OS CHIQUITANO DE MATO GROSSO DO SUL**

Giovani José da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)/ Campus de Nova Andradina  
giovanijsilva@hotmail.com

O presente texto é resultado de parte dos meus estudos de Doutorado em História, recentemente defendido na UFG (Universidade Federal de Goiás), em 2009 (JOSÉ DA SILVA, 2009). O primeiro contato pessoal com uma parcela dos índios Kamba ocorreu em novembro de 2005, enquanto finalizava minha atuação como consultor/ antropólogo do LpT (Programa “Luz para Todos”), do MME (Ministério de Minas e Energia) do Brasil. A primeira pessoa a ser procurada no “Reduto São Francisco de Assis” (local ainda conhecido por muitos regionais como “bugreiro” e designado pelos próprios indígenas como “Alameda”), parte do bairro periférico “Cristo Redentor”, aos pés de uma morraria próxima à estação rodoviária da cidade sul-mato-grossense de Corumbá, foi o Sr. Nazário Rocha. Ele havia sido citado inúmeras vezes por Yara Maria Brum Penteado (1980) em sua pioneira dissertação de mestrado a respeito dos Kamba e conhecê-lo me parecia ser primordial para o trabalho que desejava desenvolver. Ao longo de quatro anos e meio, estive diante, portanto, do indígena que havia colaborado com a antropóloga cerca de 30 anos antes, morando praticamente no mesmo local e ainda sonhando em ver, algum dia, os Kamba, em geral, e, particularmente os *Camba-Chiquitano*, serem reconhecidos como índios no Brasil!

O Sr. Nazário, liderança reconhecida (e contestada, por alguns) dentro e fora do “Reduto”, me recebeu de forma amistosa e apresentou-se como possível colaborador da pesquisa, bem como forneceu referências de mais três senhoras indígenas (Ana, Josefa e Petrona), que poderiam me auxiliar nos trabalhos de desvendamento do passado do grupo, pois eram algumas das poucas falantes da língua Chiquitano, ainda vivas naquele momento. Infelizmente, uma delas faleceu em janeiro de 2006 e outra em março do mesmo ano, não tendo sido possível realizar entrevistas com as mesmas. Os familiares destas duas senhoras, Ana e Josefa, tampouco quiseram conversar comigo, pois afirmaram não serem índios e muito menos terem origem boliviana. Também não foi possível gravar entrevistas com a Sra. Petrona, outra falante de Chiquitano, pois a

mesma se encontrava gravemente enferma na época, vindo a falecer em setembro de 2007. Dois dos filhos desta senhora, Marta e Barnabé, contudo, decidiram falar sobre a mãe e a vinda de parte da família para o Brasil, constituindo-se, no presente texto, em narradores de memórias transmitidas de uma geração a outra.

Por ocasião dos primeiros trabalhos de campo, não mais na condição de consultor do LpT, mas exclusivamente de acadêmico de doutorado, em abril de 2006, o Sr. Nazário me recebeu e pontuou com muita clareza quais eram os objetivos dele ao falar a respeito dos Kamba, ou melhor, dos *Camba-Chiquitano*, como prefere que seja chamada a maioria dos que vivem hoje no “Reduto”. Suas palavras, em tom calmo e numa mistura de Português e Espanhol, calaram fundo em minha memória, sendo rabiscadas posteriormente por mim em um caderno de notas. Os Kamba, dizia ele, não queriam mais saber de antropólogos na “Alameda”, pois estavam cansados de recebê-los, depois de quase 30 anos do primeiro contato, sem ter notícias sobre o que fora feito com as informações prestadas... Ainda de acordo com Nazário, os indígenas já tinham fornecido todos os dados à Funai (Fundação Nacional do Índio), tirado fotografias, respondido a questionários e praticamente nada havia acontecido. Nos últimos anos, porém, perceberam que haviam sido incluídos em alguns programas sociais do governo estadual, mas aguardavam por mais do que isso: que fossem finalmente reconhecidos, de fato e de direito, como indígenas que vivem no Brasil há pouco mais de meio século!

Contudo, naquele primeiro semestre de 2006, para o Sr. Nazário, tudo o que os Kamba queriam era, apenas, ter contato com alguém que tivesse paciência de ouvi-los! Alguém que soubesse ouvir, escrever e depois divulgar a história dos Kamba, que, na opinião dele, irão desaparecer em breve... Isso porque, de acordo com o velho narrador, as gerações mais novas sequer se sabem indígenas, já nasceram em ambiente urbanizado, completamente sem perspectivas de se fazerem *Camba-Chiquitano* num meio hostil a “índios” e “estrangeiros”. Pois, assim, os Kamba se vêem tratados até hoje, desde que vieram os primeiros grupos e se instalaram no “Reduto”: podem até ser considerados “índios” pelos Outros, mas são, sobretudo, “bolivianos”. Nos meses seguintes e nos anos que se seguiram àqueles encontros iniciais, pude gravar mais de dez horas de entrevistas com o Sr. Nazário Rocha e, além delas, realizei encontros com moradores índios e não-índios de Corumbá.

As palavras do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, a respeito de quem escreve sobre os Outros, mereceram especial atenção de minha parte na análise das narrativas:

Elege-se com isso uma sorte de *saber negociado*, produto de relações dialógicas onde pesquisador e pesquisado articulam ou confrontam seus respectivos horizontes. As interpretações geradas nesse “encontro etnográfico” – tão bem exemplificados em *Tuhami* – obedecem à dinâmica daquilo que os hermeneutas chamam de fusão de horizontes. E o texto que se procura elaborar como resultante desse confronto não pode estar mais submetido a um autor todo soberano, único intérprete de seus dados; mas deve integrar de alguma maneira o saber do Outro e, se possível, ser polifônico, onde as vozes dos Outros tenham a chance de serem ouvidas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 100-101; itálicos no original).

Além disso, em momento algum me pareceu que apenas convocar e apresentar tais memórias se constituiria no cerne do trabalho a ser elaborado. Por essa razão, ao realizar a pesquisa com fontes orais, em meio à determinada população indígena, procurei tomar alguns dos cuidados apontados por especialistas na questão.

A historiadora francesa Madeleine Rebérioux, ao ser entrevistada pela historiadora Márcia Mansor D’Alessio, por exemplo, alertou a esse respeito que:

[...] todas as memórias devem ser convocadas, evocadas, confrontadas, mas nenhuma delas, individualmente ou em conjunto, constituem a história. Esta consiste necessariamente na escolha e construção de um objeto, operação que pode dar-se a partir de evocação de lembranças, mas que não pode levar à redução da história a essas memórias (*apud* D’ALESSIO, 1998, p. 118-119).

Munido dessa e de outras perspectivas, fui a campo por diversas vezes e confesso não ter conseguido todas as informações que gostaria de ter obtido dos narradores entrevistados. Afinal, quando se trata de fontes orais, “Não se fala, pois, de ‘exatidões históricas’ ou ‘testemunhos de verdades’ ou mesmo de ‘realidades comprovadas’ e sim de visões, construções narrativas, idealizações, que são definidas na exposição dos fatos”, uma vez que “a memória falha, erra, desvia, camufla, distorce, inventa. Mas é exatamente isso que interessa” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 124). Por outro lado, ousou afirmar que com todo esse “experimento” aprendi muito sobre o viver em fronteiras e aquilo que o historiador Ronaldo Vainfas (2002) denomina de os “protagonistas anônimos da História”... Em busca de tais protagonistas da história dos *Camba-Chiquitano* que pudessem narrar suas memórias, estive por diversas vezes no

bairro “Cristo Redentor”, descrito por Yara M. B. Penteado como uma grande “Feira Boliviana”.

À primeira vista, o “Reduto São Francisco de Assis”, um núcleo do “Cristo” povoado pelos Kamba, me pareceu a exata descrição feita por Penteado, quando dos seus trabalhos de campo, no final dos anos 1970:

É um típico bairro tipo “invasão”, uma vez que os lotes, em 90% dos casos, não são de propriedade dos ocupantes, [...].

O favelamento é a feição física característica, com barracos improvisados e, como é uma região muito acidentada, o correr de casas “sobe o morro”, sendo a pobreza o denominador comum.

[...] O conjunto dos barracos, como aspecto, em nada difere de uma favela típica [...] (PENTEADO, 1980, p. 65; 67).

A entrada do “Reduto”, hoje, constitui-se em um corredor de barracos improvisados, feitos de papelão, madeira e de outros materiais precários. Passando-se o corredor, chega-se a uma espécie de “praça central”, onde está localizada a casa do Sr. Nazário, em alvenaria, que contrasta com alguns barracos em volta. Ao longo do tempo da pesquisa, fui percebendo que o aspecto de “favela”, notado por Penteado e também por mim, no início, era apenas aparente: eu estive, na realidade, “dentro” de uma aldeia indígena, entendida como uma rede de sociabilidades e vivenciada por aquelas pessoas muito mais em um plano simbólico e cultural do que físico ou puramente espacial... Foi na casa de alvenaria que Nazário me recebeu para entrevistas previamente agendadas, ao longo dos últimos anos. Caminhamos juntos, também, por algumas vezes pelo bairro, momentos em que não foi possível gravar o que era dito nas conversas. O velho *Camba-Chiquitano* falou do presente e do passado, emocionou-se por inúmeras vezes (emocionando-me também!), chorou, riu, além de demonstrar uma extraordinária força em relação a todas as adversidades sofridas pelos Kamba, em geral, e particularmente por ele e sua parentela, ao longo do tempo.

Durante os últimos anos, fiquei horas frente a frente com o homem a quem Penteado assim se referiu em seu trabalho:

Nazário constitui um exemplo interessante do confronto entre a identidade boliviana e a indígena: como líder [...], era o que mais se empenhava pelo reconhecimento da “indianidade” do grupo. No entanto, a sua identidade de boliviano mesmo ele negava. A troca de nome (Nazario Surubi Rojas, por Nazario Rocha, mais brasileiro) é um indicador deste escamoteamento. Outrossim, indagado sobre sua naturalidade, respondia-nos: brasileiro, nasci no Paiolzinho, fazenda perto de Cáceres. No que foi desmentido pela sua mãe, Dolores Rojas, que nos afirmou que o mesmo nascera em San Matias, Bolívia (PENTEADO, 1980, p. 71).

Passados trinta anos, aquele indígena outrora jovem e cheio de vitalidade, apesar da idade avançada e do visível cansaço, continuava a afirmar, com muita segurança, que o nome do grupo ao qual fazia parte era Kamba, embora sempre tenha ressaltado que no “Cristo” estivesse, em grande maioria, apenas uma parcela do grupo, os *Camba-Chiquitano*. A pedido do senhor Nazário, decidi uniformizar a escrita do etnônimo (Kamba) e da autodenominação do grupo (*Camba-Chiquitano*) para fins científicos, em que pese ter publicado alguns trabalhos com variadas nomenclaturas, ao longo dos últimos cinco anos, em revistas e eventos científicos: “Kamba-Chiquitano”, “Camba-Chiquitano” ou “Kamba”. Ressalto, porém, que a antropóloga Ruth Henrique da Silva (2009) preferiu utilizar, em seu trabalho, somente a nomenclatura *Camba* para denominar todo o grupo. No caso, os indígenas pesquisados por Silva para sua tese de doutorado em Antropologia formam um contingente de aproximadamente quatrocentas pessoas, dos quais os *Camba-Chiquitano* constituem apenas uma pequena parcela, de aproximadamente cinquenta indivíduos. Assim, prefiro o termo Kamba, de forma genérica para todos os indígenas que habitam Corumbá e região e que têm procedência da Bolívia, e *Camba-Chiquitano* para a parcela estudada pormenorizadamente.

Durante as longas conversas que tivemos, o Sr. Nazário jamais negou que fosse boliviano de nascimento, explicando-me que as trocas de nome e sobrenome ocorreram quando adquiriu “documentos de brasileiro”, o que facilitou o trânsito pela fronteira e a permanência em Corumbá. Nazário teria nascido em 1936, data registrada em seus “documentos oficiais”, em Corumbá, antigo sul do Estado de Mato Grosso, atualmente noroeste de Mato Grosso do Sul. De acordo com suas falas, a data está correta, porém, o local de nascimento, na verdade, foi San Jose de Chiquitos, uma das antigas missões fundadas pelos jesuítas no século XVIII no Oriente boliviano. Os pais, Manuel Surubi e Dolores Rojas (sobrenome mais tarde também transformado em “Rocha”, nos papéis adquiridos no Brasil), eram naturais da Chiquitania. O Sr. Manuel faleceu quando Nazário ainda era pequeno; o corpo foi sepultado na Bolívia e dele o filho tem poucas informações e lembranças. Já a mãe veio para o Brasil depois que Nazário se instalou em Corumbá, vindo a falecer, com pouco mais de 80 anos, em meados dos anos 1980. Da infância, o velho *Camba-Chiquitano* retém algumas lembranças, dos tempos em que morava em um *pueblo*.

Da família extensa, de oito irmãos, restaram apenas o Sr. Nazário e o Sr. Casimiro Surubi, atualmente também morador da “Alameda”. O irmão do Sr. Nazário não esteve em condições físicas de realizar entrevistas ou, mesmo, uma conversa informal, pois, apesar de mais jovem, Casimiro se encontrava senil e mal falava... Os filhos dele, por sua vez, não quiseram conversar a respeito do pai e muito menos das origens boliviana e indígena da parentela. O próprio Sr. Nazário teve cinco filhos, mas apenas a caçula, Vera, se encontrava viva na ocasião em que realizei as entrevistas. Os outros quatro filhos (Roberto, Aparecido, José e um bebê sem nome), frutos do casamento do Sr. Nazário com a Sra. Julia Surubi, também de origem boliviana (esta sim, natural de San Matias, onde Nazário passou parte da infância), faleceram ainda crianças. Vera, a única filha sobrevivente, é atualmente casada com um policial civil e tem quatro filhos homens, os únicos netos do Sr. Nazário, que é viúvo há muitos anos.

A mãe de Nazário, citada por Penteado inúmeras vezes como grande colaboradora da pesquisa de mestrado, falecera muito tempo antes da minha chegada entre os Kamba. Dela, restaram muitas lembranças e, infelizmente, nenhuma imagem fotográfica. Nas memórias do filho, Dolores Rojas (ou Rocha, como preferiu sempre dizer o Sr. Nazário) aparece como o elo de ligação entre o passado remoto vivenciado pelo grupo, na Bolívia, e o passado recente, no Brasil. Era Dolores quem dominava a língua Chiquitano e a falava fluente e cotidianamente entre as pessoas mais velhas da aldeia, relembrando os tempos pretéritos na Chiquitania, em que os *Camba-Chiquitano* reuniam-se em *pueblos y ranchos*. Nessa época, na Bolívia, os homens se dedicavam ao fabrico de objetos de palha (chapéus, peneiras, etc.), enquanto as mulheres fabricavam cerâmicas (panelas, potes, etc.). Tais práticas, contudo, foram rápida e progressivamente abandonadas, quando da chegada dos Kamba ao Brasil, por falta de matérias-primas adequadas e acessíveis ao grupo.

Ainda de acordo com o filho, Dona (*Dueña*) Dolores possuía conhecimentos tradicionais a respeito de ervas utilizadas para o tratamento de diversas enfermidades, tais como dores de cabeça, dores de barriga, febres, tosses, dores nas costas e para auxiliar mulheres grávidas a enfrentarem situações difíceis no período de gestação e durante o parto. Tal conhecimento era transmitido de geração a geração, antes da vinda para o Brasil, não se constituindo em uma atividade exclusivamente masculina ou feminina. Entretanto, a dificuldade em se encontrar plantas nas matas ao redor da região que escolheram para viver, além dos altos custos dos remédios adquiridos em drogarias,

causaram estranheza aos Kamba, quando da chegada ao novo país. Assim, ao se instalar em território brasileiro, Dolores Rocha decidiu que iria continuar cultivando ervas medicinais, além de alimentícias e outras, fazendo uma roça no exíguo espaço que dispunha no “Reduto”, atividade da qual se ocupou até o fim da vida.

Em relação ao uso do idioma, Nazário demonstrou não conseguir falar Chiquitano, apenas Espanhol e Português, fluentemente. Segundo suas narrativas, o pai e a mãe falavam Chiquitano somente entre si e com as pessoas mais velhas do *pueblo*; com os filhos, as conversas se realizavam sempre em Espanhol, quando ainda moravam na Bolívia, e em Português e Espanhol, no Brasil. No presente, a língua é pouco falada pelos Kamba, em Mato Grosso do Sul, sendo utilizada somente por alguns mais velhos e, aparentemente, é completamente desconhecida pelos mais jovens. Tal situação confirma os resultados das pesquisas da linguista Áurea Cavalcante Santana, ao afirmar que “[...] no Brasil, a situação do Chiquitano é preocupante, uma vez que a língua apresenta-se em notável processo de extinção” (SANTANA In: SILVA, 2008, p. 62). Sobre o desconhecimento do Sr. Nazário, é provável que a minha pouca familiaridade com a língua Chiquito também tenha prejudicado a identificação de palavras pelo narrador, mas, de qualquer forma, serviram de estímulo para que o indígena falasse sobre os “tempos dos antigos”.

Ao longo de nossos encontros, as lembranças sobre tais “tempos”, na Bolívia, foram permeadas também pelas descrições das “festas de santo”, procissões e novenas que marcavam a vida dos Chiquitano. Além disso, o *carnavalito*, com seus mascarados, foi recordado com certo entusiasmo, embora Nazário, quando criança, juntamente com outros meninos e meninas, fosse impedido de participar de tais atividades, interditadas para os pequenos. Já adulto e vivendo no Brasil, o Sr. Nazário organizava tais festas no “Reduto”, nas quais tambores e flautas produziam as músicas que relembavam os sons das festas na Bolívia. O carnaval era organizado pelos próprios indígenas, de acordo com as tradições do grupo, dentro dos limites do bairro. Como o *carnavalito* não é mais realizado há tempos entre os Kamba, recorri à literatura sobre os Chiquitano e nela verifiquei que as narrativas do Sr. Nazário a respeito dos eventos festivos, no passado, condizem com aquilo que é realizado atualmente, em outros locais, por grupos também oriundos da Chiquitania.

O Sr. Nazário, quando se referiu ao *carnavalito* ocorrido no “Reduto” entre os *Camba-Chiquitano*, lembrou que:

[...] nós dançávamos [...] batia o bumbo [...] e a flauta [...] tinha a pessoa que tocava, mas hoje não existe mais, já morreu também... [...] Nós saíamos daqui e íamos dançar lá no Cristo. Lá encerrava, lá na lonjura pra cá, dez horas da noite, mas naquela época a gente andava à vontade, hoje a gente não pode [...] Então agora não pode nem fazer festa [...]. Nós pintávamos de tudo, de chapéu de palha [...] eu mesmo tinha o meu uniforme, naquela época bem traquejadinho [...] Nós não tínhamos esse negócio de talco, pegava a farinha de trigo pra jogar porque não tinha como comprar talco (ROCHA, 2006).

Ainda de acordo com o narrador, as festas no “Reduto” eram organizadas pelos seguintes *pasantes* (festeiros): Ana, Dolores, Josefa, Mercedes, João, José e Miguel, todos já falecidos. O “comandante” das festas era o próprio Sr. Nazário e o motivo para realizá-las poderia ser um feriado, um domingo ou, ainda, por ocasião da realização de um batizado ou casamento. Perguntado sobre o porquê da desapareição das festas na atualidade, especialmente do *carnavalito*, o Sr. Nazário informou que, devido a dificuldades financeiras, as famílias não tinham mais recursos para oferecer festejos e que, além disso, pelo fato de haver farta distribuição de bebida alcoólica durante o carnaval entre os índios, muitas vezes, a polícia local, acionada pelos vizinhos, interveio para evitar brigas e confusões.

É compreensível que entre os *Camba-Chiquitano* os recursos financeiros sejam uma preocupação para a realização de quaisquer festejos, uma vez que entre populações indígenas de origem boliviana, em geral, “uma forma de conseguir o reconhecimento social é a realização de uma festa através dos ‘**presteríos y pasantazgos**’, que exige dos mesmos altas somas de dinheiro. Alguns chegam a endividar-se com empréstimos bancários, ou hipotecando algum bem para realizá-la” (SILVA, 1997, p. 70; negritos no original). Outro motivo para o fim dos festejos pode estar no fato de que muitos deles tinham relação direta com o Catolicismo, as chamadas “festas de santo”, além das procissões e novenas. Hoje, os *Camba-Chiquitano*, em grande maioria, abandonaram tais práticas e se converteram a denominações religiosas cristãs pentecostais e neopentecostais, que lhes proíbem, inclusive, o culto às imagens. Creio, por esta razão, que o Sr. Nazário tenha falado tão pouco, ao longo das entrevistas e conversas informais, das antigas procissões que percorriam toda a aldeia, indo de casa em casa, com a imagem de Santa Ana, além de outras.

Importante ressaltar que, em espaços públicos, os Kamba participavam de “festas de santo”, que na Bolívia tinham/ tem um caráter “regional”, tais como a da

Virgem de Cotoca (padroeira de Santa Cruz de la Sierra) ou a de Nossa Senhora de Orkupiña (padroeira de Cochabamba). Já no Brasil, estes eventos adquiriram um caráter mais “nacional”, ou seja, eram festas que reuniam bolivianos de várias procedências, indígenas e não-indígenas, incluindo-se a festa dedicada à Virgem de Copacabana (padroeira do país). Tais festejos podem ser vistos como espaços políticos de recriação de valores culturais e de identidades e, também, como respostas aos processos de estigmatização social enfrentado em conjunto pelos bolivianos, através dos tempos, em Corumbá e por toda a fronteira Brasil-Bolívia.

Paradoxalmente, na medida em que lutavam pelo reconhecimento da diferença na sociedade brasileira, como indígenas, os Kamba se depararam com as suas próprias diferenças internas (os provenientes da Chiquitania *versus* os de outras regiões das *llanuras*, por exemplo) as quais se transformaram num grande desafio ao grupo na tentativa de reversão dos estigmas a eles imputados. Sobre a identidade étnica nacional, por exemplo, ao ser perguntado se se considerava brasileiro, Nazário afirmou, mais de uma vez, que “[...] a gente não tem o sangue, mas a gente tem um coração brasileiro, a gente já trabalhou, já fez muito nesse Brasil para construir esse país; eu criei meus filhos aqui, estou criando meus netos” ou “[...] a gente, graças a Deus, está aqui como um filho do Brasil, sofreu tanto, trabalhou tanto e continua a trabalhar. Quando for preciso estar pronto para ajudar o nosso Brasil, acho que a gente tem uma vida tranqüila, graças a Deus” (ROCHA, 2006). Estas e outras falas revelam os sentimentos ambíguos vividos por esses indígenas, que no passado migraram para o Brasil, e até hoje ainda são identificados como “bolivianos” pela população local, reconhecidos, sobretudo, pelo linguajar, que mistura Espanhol e Português, e pelos traços físicos.

Apesar de terem, em grande maioria, abandonado o Catolicismo, os Kamba permaneceram cristãos e se hoje alguns poucos ainda freqüentam “festas de santo”, talvez seja muito mais pelo sentimento de pertença a uma identidade nacional comum. Entretanto, o passado Chiquitano, ligado aos jesuítas e às práticas religiosas e culturais do Catolicismo, foi re-significado, por exemplo, na escolha do nome do local (dedicado a um santo católico de extrema popularidade, São Francisco de Assis) aonde os Kamba vieram a se instalar. O antigo “lixão” da cidade foi, assim, transformado em uma aldeia, criando redes de sociabilidades entre os Kamba de origem Chiquitano, sobretudo da família Surubi. Aliás, Surubi é um sobrenome (*apellido*) reconhecidamente Chiquitano, tendo sido Pedro Surubi, no passado, um importante médico-sacerdote (*cheeserúsich*) da

região de Koséma. (RIESTER, 1976, p. 154-155). E embora não tenha feito menção específica a Pedro, o Sr. Nazário informou da importância destes homens (há mulheres também em tal função) que se utilizavam, basicamente, de dois métodos curativos: a sucção e a massagem do corpo enfermo.

Ao longo das entrevistas, poucos foram os registros obtidos a respeito de tais práticas curativo-religiosas. Aqui abro um pequeno parêntese para lembrar que algumas das mais preciosas informações fornecidas pelo Sr. Nazário não puderam ser gravadas em fita-cassete ou em qualquer outro suporte sonoro. Isto porque, embora a convivência e o tempo de cada visita ao “Reduto” tenham estabelecido uma relação de confiança entre pesquisador e pesquisado (tal como ocorre em trabalhos de campo etnográficos), nem sempre o narrador ou as circunstâncias permitiram a ligação do gravador. É possível dizer, então, que as narrativas coletadas se estruturaram tanto nas gravações em fita-cassete como nas anotações no caderno de notas e no diário de campo. Existiram situações em que não havia mesmo como acionar um gravador, pois as narrativas eram feitas espontaneamente e quase como “segredos” que estavam sendo revelados a mim (que tive a permissão dos entrevistados para publicá-los). Isto ocorreu, por exemplo, quando o Sr. Nazário falou sobre os *hichi*.

A historiadora estadunidense Cynthia Radding cita que “For the Chiquitos, spirits of the natural world known as *hichis* have different names in relation to water, hills, rain forests and savannas” (RADDING, 2005, p. 216). Os *hichi*, de acordo com a narrativa do velho Kamba, seriam seres que tomam conta das águas de rios, riachos e córregos. Não possuem forma definida e não gostam de ser perturbados, embora, a princípio, não sejam hostis. É importante não “mexer” com eles, especialmente em determinadas horas do dia, quando saem para descansar. É nessas horas que se uma pessoa imprudente os perturbar, corre o risco de ser levada para o fundo das águas. A revelação da crença nos *hichi* foi um momento dos mais emocionantes para mim na pesquisa, pois, até ali (outubro de 2008), tais crenças indígenas tradicionais dos Chiquitano não haviam sido sequer mencionadas, durante as entrevistas. O ocultamento pode ser fruto da interferência das denominações religiosas cristãs pentecostais e neopentecostais aos quais os Kamba atualmente pertencem.

A crença dos *Camba-Chiquitano* nos *hichi* também confirma os estudos de Jürgen Riester, a respeito do assunto:

Para el chiquitano, la naturaleza que lo rodea tiene un amo. El chiquitano distingue entre los amos de la selva, de los cerros, del agua y de la pampa. Estos amos los designa con el nombre de “hichi”.

Hay un hichi-tuúrsch, amo del agua (tuúrsch-agua); hichi-káarsch, amo de las piedras o de los cerros (káarsch-piedra); hichi-schoés, amo de la pampa (schóes-pampa); e hichi-iúrsch, amo de la selva (iúrsch-selva) (RIESTER, 1976, p. 150).

O temor demonstrado pelo narrador ao falar dos *hichi*, em especial dos *hichi-tuúrsch*, tem suas razões, uma vez que, para os Chiquitano, “El hombre tiene que cuidarse de estos seres y respetar sus propiedades. Si no lo hace, las consecuencias pueden ser enfermedades e inclusive la muerte” (RIESTER, 1976, p. 150).

Enfim, não posso afirmar que o Sr. Nazário tenha dito tudo aquilo que eu desejava ouvir a respeito do passado dos *Camba-Chiquitano* ou, ainda, sobre as crenças tradicionais destes indígenas, tais como os *hichi*. Suas narrativas, contudo, expressaram uma rica história de vida, a vivência de um homem que passou uma boa parte dos seus mais de setenta anos lutando pelo reconhecimento de um grupo que, ele crê, irá desaparecer após a sua morte.

A respeito da história de vida como recurso metodológico, além de “vetor do tempo para pessoas idosas”, as pesquisas desenvolvidas pela psicóloga Maria do Carmo Eulálio me ajudaram a compreender que:

A história de vida permite aos sujeitos se compreenderem e compreenderem o coletivo, os acontecimentos, os encontros e reencontros balizados por sua história e ainda, construir um relato dando-lhe sentido em um contexto sócio-histórico determinante, persistindo a própria obra. Esta produção de sentido é um resultado pessoal das experiências vividas (EULÁLIO In: WHITAKER; VELÔSO, 2005, p. 75).

Assim, a prática da história de vida oferece aos sujeitos a possibilidade de uma construção narrativa acompanhada por quem os está entrevistando, permitindo-lhes acesso à historicidade, reapropriando-se do sentido global de suas próprias experiências. Se tal prática traduz-se na reconstrução do passado, feita no presente, pode-se dizer, também, que é uma forma de se construir o presente, para muitos, com vistas a tempos vindouros.

Perguntado, por exemplo, sobre o futuro dos Kamba, o Sr. Nazário, de forma um tanto pessimista, disse que:

Daqui pra frente, quando acabar, eu não sei não, porque o dia em que eu morrer eles não terão mais ninguém. Se eles podem acabar, eu sei lá; aí não tem mais ninguém que vai trabalhar, que vai tomar alguma providência disso. Agora, por enquanto está tudo bom, porque eu sempre estou ao lado deles, às vezes eu falo disso [...] (ROCHA, 2006).

É preciso relativizar tais palavras, inclusive à luz da entrada em campo de, pelo menos, dois pesquisadores (neste caso, além de mim, a antropóloga Ruth H. da Silva) no início do século XXI, investigando esta população indígena, sob diferentes perspectivas. Os resultados das pesquisas, além das narrativas coletadas, analisadas e divulgadas, também precisarão ser levados em conta na suposta “desaparição” dos Kamba. Sabe-se que o Sr. Nazário representa, há tempos, uma importante liderança, conhecedor do seu papel entre os indígenas e de como valorizar tal espaço social conquistado, quando afirma, por exemplo, ser uma pessoa muito querida por todos e da qual depende a própria continuidade do grupo. Na opinião dos irmãos Marta e Barnabé, contudo, o fato de muitas pessoas gostarem de Nazário, reconhecendo-o como líder, não teria garantido a visibilidade desejada pelos Kamba, por parte dos não-índios, na região que escolheram para viver.

Diferentemente do Sr. Nazário e de sua parentela, a família de Marta e Barnabé utilizou-se pouco da ferrovia para realizar a migração para “terras brasileiras”, no final da primeira metade do século XX. A mãe, a Sra. Petrona Lopes (Petrona Surubi), empregada doméstica, era natural de San Jose de Chiquitos, e o pai, o Sr. Antônio Soares Arteaga (Antonio Suárez Arteaga), pescador, era natural de Puerto Suárez, município boliviano, próximo a Corumbá. Ambos, já falecidos, vieram casados da Bolívia, entre os anos de 1954 e 1955 e tiveram sete filhos: Paulo, Silas, Ana, Dalila, Marta, Ester e Barnabé. Dona Petrona era indígena Chiquitano e sempre falou com orgulho para os filhos sobre suas origens, enquanto o pai era indígena da fronteira, de etnia indefinida pelos filhos. Só foi possível entrevistar estes dois narradores já no final dos trabalhos de campo, quando consentiram em gravar uma narrativa e autorizar sua divulgação.

Marta Mafalda Lopes Arteaga de Oliveira, empregada doméstica, nascida em 1961, em Corumbá, é casada com um não-indígena brasileiro, de origem nordestina e possui uma filha. Seu irmão, Barnabé Arteaga Lopes, pintor de letreiros, nascido em 1954, em Puerto Suárez, é casado com Lucinda Surubi Arteaga (do mesmo *sib* do Sr. Nazário, embora não seja parente sanguíneo) e possui sete filhos. Ambos estão hoje no

“Reduto”, onde vivem há mais de trinta anos, tendo passado a infância na chamada “antiga Teixeira”, às margens do rio Paraguai. A grande enchente de 1974 teria provocado a mudança dos Arteaga para o bairro “Cristo Redentor”, junto aos outros Kamba, segundo as narrativas dos irmãos. Nessa época, o “Reduto” era conhecido, como “bugreiro”, pois nas palavras de Barnabé “[...] aqui havia mais índio *Camba* do que propriamente brasileiro” (OLIVEIRA; LOPES, 2008). Quando falaram a respeito da própria identidade indígena, os irmãos salientaram que se reconhecem mais como Kamba e não exatamente como Chiquitano, por conta de o pai não ser da Chiquitania.

Das muitas lembranças do passado vivido no “Reduto”, as festas de carnaval (*carnavalito*) foram entusiasticamente recordadas, especialmente a presença dos mascarados (*mascaritos*):

Saíam as festas de carnaval, brincavam entre eles, era uma alegria só entre eles mesmos! [...] quando a gente via, eles se reuniam, se enfeitavam, pintavam o rosto de carvão e saíam de casa em casa e quem passava por perto se sujava tudo... [...] no Brasil [o carnaval] não é igual [...] o de lá [...]. Tinha [mascarados] (OLIVEIRA; LOPES, 2008).

Embora não sejam católicos nos dias atuais, os irmãos Arteaga recordaram as “festas de santo”, realizadas no passado, no “Reduto”, destacando as festas de São João e de Santa Isabel. Antes de se tornar evangélica, Dona Petrona, fora, durante muitos anos, uma católica fervorosa. A indígena falava somente Português e Espanhol com os filhos, conversando em Chiquito apenas com as pessoas mais velhas da aldeia. Aos filhos, nascidos no Brasil ou na Bolívia, Dona Petrona fez questão de ensinar apenas a Língua Portuguesa. Recentemente, foi localizado um tio materno dos narradores, o Sr. João, vivendo na fronteira Brasil-Bolívia, do lado brasileiro (fora do “Reduto”), falante do idioma indígena. Infelizmente, não foi possível entrevistar este senhor.

A medicina tradicional dos Chiquitano foi aprendida pela mãe de Barnabé e Marta nos tempos em que ainda morava na Bolívia:

Minha mãe dizia que ela morava com o pai, retirado da cidade, e o pai dela entendia muito de medicina caseira, conhecia muitas plantas medicinais. Quando tinha, por exemplo, picada de cobra, ele corria e arrancava aquela planta [...], ele mastigava e combatia [o veneno] com a própria raiz (OLIVEIRA; LOPES, 2008).

Marta, por sua vez, lembrou com emoção as palavras da mãe sobre a infância, vivida na Chiquitania, que ela fazia questão de relatar aos filhos e netos:

Ela lembrava muito da infância, falava muito da infância, que ela foi muito feliz, muito feliz mesmo. Lembrava quando o pai saía para caçar, trazia as caças, limpava, depois comia. Daí ele voltava, ficava dois, três meses e lá vinha com caça... Ela lembra[va] que ela comia muito milho assado, mandioca assada. [Ela dizia: –] Eu não fui criada com este negócio de arroz, feijão e bife! Minha comida era milho fermentado, peixe frito, frango caseiro... Por isso, então, eu creio que isso deu muita força para ela (OLIVEIRA; LOPES, 2008).

Apesar da infância recordada como um período feliz, Dona Petrona afirmava aos filhos que durante sua adolescência, a situação na Bolívia, especialmente para os indígenas, tornou-se muito difícil, o que a obrigou a fugir, perdendo-se dos irmãos e dos pais. Ao fazer as contas sobre a idade de Dona Petrona, os irmãos Marta e Barnabé afirmaram que a mãe falecera com 73 ou 74 anos, em 2007, tendo nascido, pois, por volta de 1933. Quando da fuga para a fronteira com o Brasil, em 1946, a mãe dos narradores estaria com treze ou catorze anos.

Dona Petrona mantinha boas relações de amizade e vizinhança com o Sr. Nazário, embora não fossem parentes sanguíneos. Ao longo da entrevista, os irmãos Arteaga revelaram que o sobrenome (*apellido*) da mãe era, na verdade, Surubi! O sobrenome Lopes fora “arranjado”, quando o grupo familiar obteve registros de nascimento no Brasil, em Ladário, município brasileiro, próximo a Corumbá. “Naquela época”, revelou Barnabé, “1950 e 1960, por aí, não aceitavam o sobrenome boliviano Surubi” (OLIVEIRA; LOPES, 2008). Dessa forma, pode-se afirmar que Dona Petrona pertencia ao mesmo *sib* do Sr. Nazário e a aproximação de ambos, após a enchente de 1974, se deu, também, por laços de identidade étnica, com a chegada da família ao “Reduto” e a permanência dos filhos, até os dias de hoje, na aldeia.

Embora houvesse forte aproximação dos Arteaga com os Surubi, Barnabé e Marta revelaram-se descontentes com a atuação do Sr. Nazário como liderança indígena Kamba:

Seo Nazário, como pessoa, é um excelente amigo, companheiro, mas em se tratando [de liderança] [...] ele tinha acesso às pessoas certas para trazer ajuda para nós, [...] ele nunca deu muita importância, nunca levou isso pra frente. [...] uma reclamação que eu faço é que ele poderia fazer muita coisa por nós aqui.

Ele chegou até ir para Brasília, [...] mas a gente nunca soube de nada. Ele nunca foi de chegar e dizer que aconteceu isso, eu fui resolver isso... A gente ficou esperando que ele tomasse uma atitude, que fizesse alguma coisa (OLIVEIRA; LOPES, 2008).

O que parece ter ocorrido, efetivamente, é que as frustradas tentativas políticas do Sr. Nazário de se fazer ser visto e reconhecido como indígena Kamba, no Brasil, bem como todo grupo *Camba-Chiquitano*, morador do “Reduto”, redundaram na desconfiança, por parte de alguns, do seu papel de líder. Por outro lado, os preconceitos alimentados pela população regional em relação aos bolivianos, sobretudo os de origem indígena, tais como os Chiquitano, tornaram tal parcela da população praticamente “invisível”, aos olhos dos não-indígenas, inclusive dos moradores do próprio “Cristo Redentor”. Os não-índios que se dispuseram a falar, revelaram mal conhecer esta realidade indígena presente em Corumbá e alguns dos próprios vizinhos do Sr. Nazário, como o casal Maciel, por exemplo, que vive há anos em frente ao “Reduto”, afirmou desconhecer completamente a origem indígena dos moradores da região, afirmando pensarem que os mesmos fossem “apenas bolivianos”.

### Fontes Orais

OLIVEIRA, M. M. L. A. de; LOPES, B. A. **Narrativas**. Corumbá, 2008. 16 p. Entrevista gravada em 23 out. 2008.

ROCHA, N. **Narrativas**. Corumbá, 2006. 12 p. Entrevista gravada em 10/ 11 abr. 2006.

ROCHA, N. **Narrativas**. Corumbá, 2006. 27 p. Entrevista gravada em 17 jul. 2006.

### Referências Bibliográficas

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro/ Brasília: Tempo Brasileiro/ CNPq, 1988. 201 p.

D'ALÉSSIO, M. M. **Reflexões sobre o saber histórico**: Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo: Edunesp, 1998. 132 p.

EULÁLIO, M. do C. A História Oral: vetor do tempo para pessoas idosas. In: WHITAKER, D. C. A.; VELÔSO, T. M. (Orgs.). **Oralidade e subjetividade**: os meandros infinitos da memória. Campina Grande: Eduerp, 2005. p. 69-85.

JOSÉ DA SILVA, G. **A presença Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987)**: identidades, migrações e práticas culturais. 291 f. Tese (Doutorado em História) – UFG (Universidade Federal de Goiás), Goiânia, 2009.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007. 175 p.

PENTEADO, Y. M. B. **A condição urbana**: estudo de dois casos de inserção do índio na vida cidadina. 1980. 118 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UnB (Universidade de Brasília), Brasília, 1980.

RADDING, C. **Landscapes of power and identity**: comparative histories in the Sonoran Desert and the forests of Amazonia from Colony to Republic. Durham/London: Duke University Press, 2005. 431 p.

RIESTER, J. **En busca de la loma santa**. La Paz/ Cochabamba: Los Amigos del Libro, 1976. 376 p.

SANTANA, Á. C. A língua Chiquitano no Brasil: aspectos fonéticos, fonológicos e transnacionais. In: SILVA, J. A. F. (Org.). **Estudos sobre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia**: história, língua, cultura e territorialidade. Goiânia: UCG, 2008. p. 61-96.

SILVA, R. H. da. **Brasileiros, bolivianos ou indígenas?** Construções identitárias dos *Camba* no Brasil, 2009. 207 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFF (Universidade Federal Fluminense), Niterói, 2009.

SILVA, S. A. da. **Costurando sonhos**: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997. 292 p. (Estudos e Debates).

VAINFAS, R. **Micro-história**: os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 163 p.